

Orçamento fiscal aprovado em 1 minuto no Congresso

JORNAL DO BRASIL 10 DEZ 1988

BRASÍLIA — Três dezenas de parlamentares, perplexos, aprovaram ontem involuntariamente o projeto da Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional para o Orçamento Fiscal da União, que mobilizará investimentos da ordem de Cz\$ 15 trilhões e meio (a preços de junho), a serem aplicados durante o próximo ano. A votação durou apenas um minuto, consumido pelo senador Dirceu Carneiro (PMDB-SC), que presidia a mesa do Congresso, no pronunciamento ligeiro de nove frases que deu o texto por aprovado nas duas casas e rejeitou o único destaque apresentado à matéria, pedindo anulação da verba de US\$ 108 milhões destinada à construção da Ferrovia Norte-Sul.

O processo de votação, iniciado exatamente às 15h03, logo após a interrupção da sirene que avisa os parlamentares do início imediato dos trabalhos, pegou desprevenidos não apenas as três centenas de parlamentares que então se deslocavam para o plenário, mas também o pequeno grupo de deputados e senadores que já se encontrava na sala de votação.

O deputado José Genoíno (PT-SP) que estava na primeira fila de cadeiras do plenário, a apenas três metros do presidente da sessão, conversando com um assessor, só seu deu conta de que alguma coisa tinha sido votada, quando escutou Carneiro pronunciar as palavras: encerrada a votação. Genoíno levantou-se aos berros: "É golpe... nem o Moacir Dalla ia tão depressa assim", gritou de dedo em riste, lembrando o episódio em que o ex-presidente do Congresso, Moacir Dalla, aproveitou um início de sessão para, em votação ligeira, transformar cinco mil funcionários celetistas do Congresso em estatutários.

O deputado Érico Pegoraro (PFL-RS), que estava algumas cadeiras atrás de Genoíno, garante que não sabe o que votou. "Se eu aprovei alguma coisa foi no escuro", afirma. O mesmo se deu com o deputado Jorge Viana (PFL-BA), um pecuarista preocupado com o tratamento dado pelo Orçamento à agricultura e que viu o projeto ser aprovado sem conhecer seu mérito. Surpresos ficaram até mesmo os taquígrafos, que apesar de treinados para acompanhar com atenção extrema os acontecimentos das sessões, terminaram a tarde de ontem atarantados, entreolhando-se para saber se o orçamento realmente acabara de ser votado.

Manobra — Articulado com o presidente da Comissão de Orçamento, deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), o senador catarinense repetira à risca a mesma manobra regimental que assegurou na quarta feira a aprovação do projeto no âmbito da Comis-

são, ou seja, uma votação suficientemente ligeira para evitar a reação dos parlamentares interessados em alterar o projeto.

O líder do PSDB na Câmara, deputado Nilton Friedrich (PR), interessado em defender a apresentação do destaque do deputado José Serra (PSDB-SP), anulando as dotações para a Ferrovia Norte-Sul, ainda tentou interromper a sessão através de um pedido de verificação de quórum. O microfone que estava próximo de sua bancada, porém, foi obstruído voluntariamente pelo vice-líder do PMDB e membro da Comissão de Orçamento, deputado Genebaldo Correa (PMDB-BA). Quando o parlamentar conseguiu finalmente pronunciar-se, Carneiro já dava por encerrado o processo de votação. Friedrich decidiu ontem impetrar um recurso à mesa do Congresso, pedindo a anulação da sessão.

O líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), que chegou ao plenário 15 minutos após o encerramento da sessão, lamentou a "falta de ética parlamentar" do presidente da mesa, embora reconhecesse que sua atitude estivesse protegida pelo regimento. "Ninguém pode votar o Orçamento da República assim, a toque de caixa", disse Sant'Anna, expondo-se à ironia do deputado José Genoíno (PT-SP), que o escutava: "É claro deputado, precisamos dar formalismo, dar importância à aprovação das contas do governo", disse Genoíno empostando a voz.

Sant'Anna afirmou que pediria verificação de quórum para interromper a sessão, caso chegasse a tempo. O quórum mínimo necessário para a votação era de 244 deputados e 36 senadores, enquanto no plenário não havia mais do que trinta parlamentares.

☐ O ministro Mafson disse que a agricultura será o setor mais prejudicado com o remanejamento de verbas que a Comissão de Orçamento fez no Orçamento da União "para viabilizar maior rolagem da dívida dos estados". Ele acha que os cortes nos recursos para investimento rural, custeio agropecuário e agrícola, foram substanciais e poderão gerar maior inflação porque a renda dos agricultores será prejudicada. Mafson enfatizou que a decisão da Comissão foi "política" — com ela "não se compromete o Executivo" — e prejudicará o financiamento das exportações. Para ele os recursos, que financiariam atividades produtivas geradoras de emprego e renda, foram destinados aos gastos estaduais e municipais.